

Contribuição para leitura e contextualização da chegada de ONGI's na Africa Subsahariana, 1960-1990

HAMILTON MATSIMBE¹

Universidade Eduardo Mondlane

Resumo: A África tem estado a assistir uma proliferação progressiva de Organizações Não-governamentais como novos actores da sociedade civil actuando em diferentes segmentos da vida das comunidades e não só. A proeminência destas organizações é acompanhada do discurso de sua eficácia na promoção do bem-estar quando comparadas com o Estado pois actuam liberal e democraticamente. No contexto da promoção global da Nova Ordem Económica Internacional dos finais dos anos 1970, estas organizações se constituem como alternativa aos fracassos do Estado em atender as necessidades dos seus cidadãos. O artigo aponta que o processo de independências africanas e as dificuldades políticas e económicas verificadas durante os primeiros anos de independência contribuíram para a proliferação de ONGI's. Todavia, conflitos e desastres naturais que assolam a Africa ininterruptamente contribuíram para o exacerbar das desigualdades estimulando a intervenção de ONGI's como parte da sociedade civil global.

Palavras-chaves: África, Organizações não-governamentais, conflitos

Abstract: Africa has been witnessing a progressive proliferation of Nongovernmental Organizations as new civil society actors acting in different segments of community life and beyond. The prominence of these organizations is accompanied by the discourse of their effectiveness in promoting welfare when compared with the state because they act liberally and democratically. In the context of the global promotion of the New International Economic Order of the late 1970s, these organizations are an alternative to the state's failure to meet the needs of its citizens. The article points out that the process of African independence and the political and economic difficulties encountered during the early years of independence contributed to the proliferation of NGOs. Nonetheless, conflicts and natural disasters that plague Africa uninterruptedly have contributed to the exacerbation of inequalities by encouraging NGOs to intervene as part of global civil society.

Keyword: Africa, Non-governmental organizations, Conflict

Recebido em 19/07/2019 e aceito em 20/11/2019.

1. Docente na Universidade Eduardo Mondlane, Moçambique. E-mail: hamilton45@rocketmail.com

Introdução

Organizações não-governamentais (ONG's) são organizações da sociedade civil que orientam suas atividades para a solução de problemas que causam desfavorecimento e na melhoria das condições de vida de grupos ou populações carentes. Após a Segunda Guerra Mundial, as ONG's passaram a integrar, como órgãos de consulta da Organização das Nações Unidas (ONU), o Conselho Econômico e Social (ECOSOC). Como parceiras da ONU no delineamento das políticas econômicas globais, as ONG's experimentaram um rápido crescimento e expansão pelo mundo, por quanto ajudaram na implementação de programas e missões das Nações Unidas pelo mundo. Este artigo tem como objetivo identificar os principais fatores que justificam a proliferação de Organizações não-Governamentais Internacionais (ONGI's) em África, no período que vai de 1960 a 1990.

Com base na revisão teórica, o artigo argumenta que na África o “não-Governamental” é decorrente de vários fatores internos associados a processos político-econômicos globais ou globalizantes. Ainda que de maneira exploratória e provisória, o artigo aponta que o processo de independências africanas e as dificuldades políticas e econômicas verificadas durante os primeiros anos de independência contribuíram para a proliferação de ONGI's. Os conflitos e os desastres naturais que assolam a África ininterruptamente contribuíram para o exacerbar das desigualdades. A consciência sobre degradação do meio ambiental e a violação sistemática dos direitos humanos estimularam e propiciaram a intervenção de ONGI's como parte da sociedade civil global. Todavia, na África Subsaariana a proliferação das ONGI's obedece especificidades tendo em conta a trajetória histórico-política e sociocultural de cada país.

Crescimento de ONGI's na África Subsaariana

A intervenção das ONGI's evoluiu da atividade filantrópica (1960) para ações de desenvolvimento (1970/80) e depois para a radicalização e denúncia da globalização, direitos humanos, meio ambiente, barreiras comerciais de produtos agrícolas, etc. Desde 1990, as ONG's se dedicam

ao papel das agências financeiras internacionais e nos códigos de conduta das multinacionais que operam em vários países (COUTINHO, 2004, p.61). No contexto africano, desde 1960 complexos processos de mudança políticas, econômicas e sociais tiveram lugar, nos quais as ONGI's assumiram determinado protagonismo, sobretudo, na defesa e assistência aos desfavorecidos e vulneráveis afetados pelas catástrofes humanitárias e no realinhamento estratégico (ALVES, 1996). Isto estimulou não só a fundação de ONGI's, como também concorreu para a expansão e internacionalização².

Esta expansão e internacionalização de ONGI's no continente africano tem contexto. Alguns anos antes do processo de independências na África, a Inglaterra, a França e a Bélgica, temendo uma futura ruptura, desenharam programas de apoio ao desenvolvimento das colônias. Em 1949, a Inglaterra agrupou as suas colônias na Commonwealth. Hoje, Moçambique também integra esta comunidade, não obstante fazer parte da CPLP, (Comunidade dos Países de Língua Portuguesa), criada em 1996. Em 1953, durante o processo de criação da atual União Europeia, a França e a Bélgica também colocaram o assunto das colônias no debate. Em 1958, as colônias francesas (exceto a Guiné Equatorial) formaram a Comunidade Francesa (KI-ZERBO, 1991). Estas constituíram as principais plataformas para uma futura cooperação com a África, mas também como garantia de continuidade e controle político e econômico, se tomarmos o caso da França. Diferentes ONGI's constituídas nas metrópoles, sob várias formas e com recursos dos governos, passaram a integrar a política externa e representando interesses neoliberais.

Entretanto, depois do reconhecimento de ONG's no sistema da ONU e suas agências, a criação da Comunidade Econômica Europeia (CEE), em 1975, os países europeus alargam a janela de cooperação com a África através das ONGI's. A instituição do Fundo Europeu de Desenvolvimento (FED) dinamizou esta relação, ao alocar fundos para a ajuda técnica e financeira aos países ainda colonizados (ROMÃO apud MAURI, 2013, p.48). Em 1992, a cooperação ganha ímpeto com a criação

2. A UNDP chegou a contabilizar as ONGI's em cerca de 50.000 espalhadas em programas de desenvolvimento pelo Mundo, nos finais do século XX.

da Organização Humanitária da Comunidade Europeia (ECHO). Na sua agenda este organismo passou a atuar, dentre outras, nas áreas de Cooperação para o desenvolvimento, segurança, Direitos humanos e Justiça. Estas áreas de atuação materializaram a política externa desta organização, engajando como braços de operação nas missões africanas várias ONGI europeias.

Este processo de reorientação e expansão de ações das ONGI's para a África foi acompanhado de contextos e problemas sociais concretos. As dificuldades econômicas atravessadas por maior parte dos países subsaharianos por volta de 1970 e os problemas sociais e políticos resultantes explicam, em parte, esta proliferação.

Os conflitos pós-coloniais e crise econômica como fatores de proliferação de ONGI's

Os conflitos que se seguiram ao processo das independências africanas contribuíram para a intervenção de ONGI's. O Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) sobre a integração local dos refugiados, mostra que o mundo pós 2ª Guerra Mundial experimentou uma miríade de conflitos, na sua maioria localizados e com reincidência na África (FILDEN, 2008, p.20). O continente africano, para além das guerras de libertação (em alguns países) e do apartheid sul-africano, registou mais de trinta conflitos étnicos, religiosos (Argélia, Nigéria, Ruanda, Somália, Mali, Senegal) e políticos e econômicos (Congo e RDC, Chade, Angola e Uganda).

O genocídio ruandês em 1994, com cerca de 500 mil mortos em 10 dias, representou uma das maiores catástrofes humanitárias na África oriental. Todavia, a eclosão do conflito no Congo Zaire, em 1996, que envolveu vários países foi dos mais mortíferos com cerca de 3.8 milhões de vítimas. Em 2006, as mortes causadas pelo conflito sudanês de Darfur são estimadas em 400 mil. O número de pessoas desalojadas é estimado em 2 milhões. Estes dados são apenas uma amostra do que os conflitos africanos têm como impactos. Todavia, são indicativos de um trabalho humanitário sem precedentes quando lidos em bloco.

Repare que só o genocídio de Ruanda representou uma robusta

presença da comunidade internacional. As Nações Unidas criaram uma missão específica, a UNAMIR, para tratar da pacificação (desmobilização e integração) e supervisionar a transição do país. Ao lado Missão das Nações Unidas para Assistência do Ruanda estavam a PNUD, UNICEF, ONU Mulher, UNESCO, ACNUR, agências especializadas da ONU, que por tradição engajam ONG's. É neste contexto, por exemplo, que a CARE e USAID entram naquele país. O GTZ, ICG, HRW, Médicos sem Fronteiras (MSF), Save the Children, Cruz Vermelha e outras organizações internacionais mobilizaram fundos e atuaram, lado a lado, com a inglesa DFID, sueca SIDA, União Europeia. A pacificação de países africanos, ainda que de maneira distinta e singular, estes processos foram replicados. Em Moçambique também houve intervenção ativa da missão das Nações Unidas em Moçambique, a ONUMOZ, que supervisionou o cessar-fogo, a desmobilização, desmilitarização e reintegração, vulgo DDR, com o apoio das ONGI's.

As ONG's, em colaboração com ACNUR, estiveram envolvidas em operações de pacificação e ajuda humanitária a deslocados e refugiados naqueles países. Especializadas em operações de emergência humanitária, a maior parte delas acabaram permanecendo nesses países implementando programas de desenvolvimento como parte da estratégia de prevenção de conflitos da ONU. Os conflitos em países como Congo, Chade, Libéria e República Centro Africana (RCA) e Moçambique, pela sua natureza destrutiva e peso dos impactos sociais causados, sensibilizaram a sociedade civil global, na qual as ONGI's fazem parte (FILDEN, 2008, p.3-4), como braços operativos das agências da ONU e da cooperação bilateral.

Outra questão a realçar é que os regimes instalados após as independências foram, regra geral, de ideologias socialista, nacionalista e repressivos. Na Tanzânia, Zimbábue e Moçambique, por exemplo, o Estado trouxe todas as organizações produtivas independentes, para seu controle. As companhias comerciais, cooperativas e outras organizações sociais foram cooptadas pelo Estado. As únicas instituições que permaneceram com certa independência eram instituições religiosas. Todavia, em algumas áreas estavam alinhadas com o Estado entre 1960 e 1980. Este processo tinha dificultado a penetração de ONGI como agentes de cooperação e

desenvolvimento³.

A partir dos anos 70, as ONGI's encontraram, na África, condições favoráveis para atuação como agentes humanitários, que estimulam democracia e participação social no desenvolvimento. A planificação e a centralização política e econômica não conseguiram evitar que os países africanos entrassem em crise na década de 1970. Se nos primeiros anos de independência a economia parecia dar sinais de estabilização, as fragilidades da estrutura econômica e do quadro político-administrativo ficaram evidentes com a flutuação do mercado internacional dos anos 1970, mas também com os avanços da neoliberalização no contexto da Nova Ordem Econômica Internacional. Com poucos investimentos realizados no ramo produtivo, a agricultura permaneceu de baixa renda e produtividade e, mais direcionada para exportação de produtos primários. A indústria e a manufatura ficaram, também dependentes da importação de consumíveis (BOND; DOR, 2003).

Nestas condições, o resultado foi a estagnação econômica nos anos 1970, resultante da queda da produção e da fraca integração no mercado mundial. A seca nos finais dos anos 70 e princípios de 80, também flagelaram a África Austral comprometendo a produção. Estes fatores associados provocaram um déficit de alimentos, eclosão de doenças endêmicas e problemas sociais. Nos anos 1980 e 1990, a maioria dos países subsaharianos (senão todos), precisaram de Ajustamento Estrutural do Banco Mundial e do FMI, para o resgate das suas economias.

Como resultado, as últimas três décadas testemunharam o fracasso dos modelos de desenvolvimento seguidos em transformar a vida de muita gente na África (LUTAMBIGWA et all, 1997, p.36.), como se descreve no extrato de Issa Shivji:

Durante a primeira década e meia de independência, as economias africanas mostraram taxas de crescimento modestas (...). No entanto, elas foram impressionantes dadas as condições impostas no momento da independência. O Investimento e a poupança variaram entre 15-20 por cento

3. Na Tanzânia somente 17 novas ONG's estavam registradas. Ver: MERCER, *Reconceptualizing state-society relation in Tanzania...*

do PIB. O crescimento da produção agrícola foi baseado em cultivo extensivo em vez de um aumento da produtividade (...). Ele dependia fortemente das exportações de alguns produtos primários negociados num mercado internacional hostil e adverso. O crescimento no setor manufatureiro foi grandemente dependente de substituição de importações e insumos intermediários, com poucas ligações internas. O Investimento foi grandemente público (...). Petrodólares acumulados pelos bancos internacionais durante a crise do petróleo de 1973 foram descarregados com a forma de empréstimos baratos para países em desenvolvimento. Mas até o final de 1970, os empréstimos baratos tinham-se transformado em pesadas dívidas como os limites do crescimento inicial foram alcançados. Os choques econômicos do final dos anos 1970 mergulharam as economias africanas ainda mais em crise profunda. Números caíram, as taxas de crescimento se tornaram negativas, o pagamento da dívida tornou-se insustentável, desequilíbrios fiscais e de inflação estavam fora de controle (SHIVJI, 2007, p.14-15).

Estes problemas associados permitiram, por exemplo, que a crise de petróleo verificada com guerra de *Yom Kippur*, em Outubro de 1973, encontrasse desprevenidos os países africanos (SOUSA, 2006, p.28-29)⁴. Dependentes de exportações de matérias-primas, em 1979, os países da África Subsahariana, com dívidas externas insustentáveis, sucumbiram na sua amortização, devido à queda dos preços desses produtos no mercado internacional (BOND; DOR, 2003)⁵. O índice de preços das principais mercadorias caiu drasticamente, enquanto os preços de exportação dos países desenvolvidos aumentaram⁶.

A natureza cíclica permitiu que a oscilação do preço fosse precedida

4. De US\$ 2.99 o preço do petróleo subiu para US\$11.65 em apenas três meses, atingindo em 1979, US\$13.54 o barril.

5. Os impactos estimam-se em cerca de 75%, para os países que dependiam do mesmo produto e em cerca de 25%, para os com mais opções nos produtos de exportação. Ver: BOND, P. & DOR, G. *Neoliberalism and poverty reduction strategies in Africa...*

6. As principais mercadorias dos países africanos eram exportadas para os países ocidentais, não raras vezes para a metrópole. Incluíam copra, café, sisal, algodão, cobre, madeira, borracha, etc.

pelo aumento da dívida externa e de taxas cambiais permitindo a escassez de divisas nos mercados internos. A expansão global do comércio dos países do 3º Mundo, também continuou a decrescer (SOUSA, 2006)⁷. A liberalização do preço do ouro e o aumento da população foram fatores extremamente fatais para os países de economia tradicional (HEARN, 2001)⁸. Diante da situação, mesmo os mais radicais nacionalistas como Samora Machel recorreram a *Bretton Woods* e aos Clubes de Paris e Londres, em busca de alternativas (PAVIA, s/d, p.12)⁹. As ONGI's constituíam uma das alternativas, paralelamente, ao resgate das economias conduzidas pelo Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional. Moçambique tornou-se elegível em 1984. E, com estes programas os estados intervencionados foram “forçados” a abandonar algumas políticas sociais (caso de Moçambique) e de redistribuição de terras (caso de Zimbábue e África do Sul), (RAFTOPOULOS, 2001; HANLON, 1997). Os impactos resultantes das políticas de neoliberalização e ajustamento na comunidade de desenvolvimento da África Austral (SADC), resumem-se na vulnerabilidade dos setores sociais:

No setor da saúde, a nível da SADC as condições se deterioraram durante meados dos anos 1990 para níveis piores para a mortalidade de menores de cinco (140 por 1.000 crianças) do mundo; mortalidade materna (888 por 100.000 nascidos vivos); a expectativa de vida (52); desnutrição (20% das crianças menores de cinco anos abaixo do peso, e 36% sofrimento nanismo); imunização contra o sarampo (apenas

7. Os impactos estimam-se em cerca de 75%, para os países que dependiam do mesmo produto e em cerca de 25%, para os com mais opções nos produtos de exportação.

8. Senegal foi o primeiro país a receber os fundos do Banco Mundial em 1979 mas, imediatamente, Gana (1983) tornou-se o modelo africano da neoliberalização. Ver: HEARN, J. *The uses and abuses of civil society in Africa...*

9. Por exemplo, a tentativa da Frelimo de encontrar apoio no bloco socialista saiu frustrada, já que a URSS recusou por duas vezes, em 1980 e 1981, a entrada de Moçambique no Comecon. Esta atitude de Moscou pode compreender-se à luz de uma política que considerava que os países do terceiro mundo deveriam encontrar outras formas de solucionarem os seus problemas económicos para não sobrecarregarem as finanças de Moscou. Este Bloco, também não considerava Moçambique como socialista. Ver: PAVIA, J. *A Dimensão internacional da transição pós-autoritária em Moçambique: as proposições de Laurence Whitehead*. p.12

68% das crianças de 1 ano); uso de anticoncepcionais (apenas 28% das mulheres 15-45 anos); e a incidência da mortalidade por malária (5.550 por 100.000 pessoas), tuberculose (149 por 100.000 pessoas) e HIV-SIDA (30 casos de SIDA por 100.000 pessoas e uma prevalência de 12% para adultos com menos de 49 anos em 1995, piorando dramaticamente por décadas a propagação da pandemia através da África do Sul). (BOND; DOR, 2003, p.8)

Estes dados representam a média dos países da SADC. Todavia, Moçambique Zimbábue e Malawi podem apresentar níveis mais preocupantes. Diante da crescente degradação da qualidade de vida para os cidadãos da África Austral, as ONG´s humanitárias e de cooperação para o desenvolvimento foram “chamadas” a intervir nas áreas sociais. Contudo, a redução de preços de produtos primários no mercado Internacional, a queda dos níveis de produção e ausência de investimentos privados que provocava danos na economia dos países, ficou na responsabilidade do estado em parceria com Instituições Financeiras Internacionais e doadores no contexto da neoliberalização.

A neoliberalização, por sua vez, provocou crescentes desigualdades sociais. O “discurso” das desigualdades em relação ao acesso aos serviços básicos, direitos humanos e meio ambiente mobilizaram uma série de ONGI´s para Africa Subsahariana. Mercê destes acontecimentos observa-se a influência cada vez mais crescente de ONGI´s que passam a constituir-se como canais privilegiados dos doadores, num contexto em que se levantam as vozes contra a corrupção. O fato é que, nesta panóplia de acontecimentos, a redução do papel do estado na década de 1980, com o processo de neoliberalização e democratização, os doadores passaram a incrementar as subvenções estatais para as ONG´s, o que permitiu sua explosão numérica. Em Moçambique este processo foi mais interessante ao permitir que as ONGI´s “recolonizassem” o país, com a chamada projetização. O investimento público para os setores sociais foi canalizado por via das ONGI´s. Mas isto tem uma explicação. A ortodoxia neoliberal consciencializou-se dos problemas sociais e econômicos resultantes do reajustamento. A necessidade de implementação de projetos corretivos abriu espaço para as ONGI´s intervirem em programas nacionais de desenvolvimento sustentável (RIBEIRO; CUNHA, 2001). Portanto,

neste sentido não é fortuita a ideia de que as ONG's são identificadas como proeminentes formas de organização que podem implementar o cometimento global do desenvolvimento a partir da base (KAMAT, 2004, p.156). É reflexo do novo consenso político de que elas são agentes da democracia. As ONG's promovem práticas locais de participação política e socioeconômica. Com a NOEI, as ONGI's são apontadas como parceiras das agências de desenvolvimento internacional da ONU, Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OECD) e Organização Mundial do Trabalho (WTO), entre outras.

A globalização¹⁰ nas suas diferentes dimensões é também apontada como tendo contribuído no aumento da intervenção de ONGI's na África ao propiciar a redução da legitimidade do Estado (GINJA, 1995; SANTOS, 2001). Quanto mais globalização acontecer, tanto mais os governos perdem controle sobre assuntos nacionais abrindo-se enormes oportunidades na África para atuação de ONG's como parte da sociedade civil emergente (BALL; DUNN, 1995, p.8). Neste contexto, o crescimento global do setor das ONG's, na África, é inerentemente associado à subida de um consenso encabeçado pelas instituições financeiras internacionais, sobre a necessidade de democracia política e boa governação, por um lado e a neoliberalização e o encorajamento do setor privado (MERCER, 1997, p.247), por outro lado, como parece ser o caso da África.

A neoliberalização e o lugar das ONGI's

A neoliberalização na sua definição estimula a propriedade privada e o empreendedorismo, livre mercado e comércio como mecanismos de promoção efetiva do bem-estar. O Estado recua para uma posição estritamente política de mero regulador e de criação de um ambiente que

10. Entendida como intensificação de relações sociais mundiais que unem localidades distantes de tal modo que os acontecimentos locais são condicionados por eventos que acontecem muitas vezes a milhas de distância e vice-versa (...) um fenómeno multifacetado com dimensões económicas e sociais, políticas, culturais, religiosos interligados de modo complexo. Ver: SANTOS, B. «os processos de globalização» In: *Globalização: fatalidade ou utopia?* Porto: Afrontamento, 2001.

assegure essas práticas. Se o Estado tiver que intervir que seja no mínimo para corrigir falhas. Iniciado na China em 1978, as reformas neoliberais vão atingir os Estados Unidos e Reino Unido em 1979, com a ascensão ao poder de Ronald Reagan e Margaret Thatcher, respectivamente (HARVEY, 2008, p.12). Depois vão sendo replicados por vários países do “Terceiro Mundo” na América Latina (sobretudo Chile de Pinochet) e África Subsahariana. A crise econômica, acima descrita, afetou quase todos os países subsaharianos e, por conseguinte, precisaram da receita de reestruturação ou reabilitação econômica. De Estados recém-independentes, muitos de orientação socialista e marxista deviam reduzir despesas, privatizando setores econômicos e sociais em nome da austeridade e liberalização do mercado. Com uma estrutura socioeconômica e política já em dificuldades, este processo vai distorcê-la exacerbando as desigualdades. O Estado perde, neste contexto, também a sua legitimidade.

Existem várias teorias sobre a emergência e proliferação global de ONG’s. Na África três teorias procuram explicar a proliferação das ONG’s verificada nas últimas três décadas que se seguiram as independências: (i) a teoria do bem público ou teoria do fracasso, (ii) a teoria do contrato falhado e (iii) a teoria de parceria e interdependência (BALL & DUNN, 1997; SAMA 2013). Segundo a teoria do fracasso, quando o Estado não consegue satisfazer a demanda pelo bem público na sociedade podem surgir outros atores visando prover bens públicos para todos. Neste sentido, as ONG’s na África emergem como respostas inovadoras para diferentes problemas e dificuldades atravessadas pelos governos desde os anos 1970. Na teoria do contrato falhado, quando as pessoas enfrentam dificuldades em perseguir e satisfazer-se com o contrato, viram para outro agente leal. Numa situação em que os governos dos países da África Subsahariana e o mercado se tornaram vulneráveis, as ONG’s emergiram como intermediárias e alternativa dos desprivilegiados. Na teoria de parceria e interdependência o governo e as ONG’s partilham experiências, recursos e competências, numa relação de complementaridade. Nesta parceria prevalece a ideia de que as ONG’s são relativamente imunes a manobras políticas.

No contexto africano, o estado como principal agente de mudança da sociedade, não conseguiu manter o contrato por via de provimento do bem-estar das populações. A renda *per capita* entre 1981-89 caiu 21% e 42%

vivia com menos de 1 dólar por dia. A descida da renda exacerbou, em parte, as desigualdades (MANJI, 2002). A erosão dos serviços sociais e a fraca provisão do bem público justificaram a emergência de outros atores sociais, entre eles, as ONG's. A proliferação de ONGI's em Africa sugere múltiplas interpretações, porém o discurso “da pobreza e desenvolvimento” contemporâneo contribuiu para a situação. A necessidade de duplicar a ajuda para Africa Subsahariana em 1979, permitiu em parte o crescimento de fundos canalizados ao terceiro mundo (incluindo a África) através de ONGI's, como se descreve abaixo:

Os recursos captados por ONG's do público para o alívio e desenvolvimento do Terceiro Mundo passaram de US \$ 1,3 bilhão, em 1975 para 4,2 bilhões de dólares americanos em 1988 (a taxa de crescimento do aumento das doações públicas foi quase duas vezes maior em outros países da OCDE como nos EUA). Os fundos de APD canalizada para as ONG's para o desenvolvimento aumentaram para 2,3 bilhões de dólares americanos, em 1988, um aumento de 310 por cento desde 1975. Isso equivale a 4,6 por cento do total da APD. Hoje em dia, 34 por cento do total dos recursos utilizados por ONG's do Norte provêm de fontes oficiais. O crescimento da renda de ONG's de fontes oficiais tem sido muito maior do que a do público. O valor do total dos recursos de ONG's para as contas do terceiro mundo por cerca de 15 por cento do total da ajuda ao desenvolvimento no exterior. Em 1984, 59 por cento das ONG's canadenses obtiveram mais de metade dos seus fundos do governo canadense, em comparação com 48 por cento das ONG's em 1980. Em comparação, em 1982, apenas 14 por cento das ONG's holandesas obteve mais de metade dos seus recursos de fontes governamentais. Muitas agências multilaterais, como o Banco Mundial, a Organização Internacional do Trabalho (OIT), o Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas (PNUD) e a Organização para Agricultura e Alimentação (FAO), desenvolveram fundos especiais para e relações com as ONG's. Na verdade todas as agências oficiais agora parecem ter uma política de “portas abertas” em relação às ONG's. O montante do financiamento direto de doadores oficiais para ONG's do Sul é (conservadora). Estima-se que subiram de 10,5 milhões em 1980 para 37 milhões de dólares americanos, em 1983, e tem crescido

ainda mais fortemente desde então (FOWLER, 1991, p.6-7).

Nos últimos 40 anos, a canalização dos fundos públicos, por via das ONGI's, cresceu de forma acentuada. Os dados acima evidenciam uma extrema dependência de ONGI's em relação aos fundos da Assistência Pública ao Desenvolvimento (ODA/APD). Dados do Banco Mundial revelam ainda que a partilha de projetos envolvendo as ONGI's entre 1980-2006 aumentou de 6% para 70%¹¹. Em 1964, 6% da ajuda externa americana foi canalizada por ONG's. Entretanto, em 1980 aumentou para 13.5%, com vista aumento da efetividade do ODA (WERKER; AHMED, 2007, p.4)¹². Não surpreende, pois, que desde 1980 o setor das ONGI's na África Subsahariana tenha conhecido explosão em número e quantidade dos recursos financeiros que controla (FOWLER, 1991, p.6)¹³. Isto denota

11. Em 1970, os fundos canalizados por via de ONG's não ultrapassavam 0.9 milhões de dólares, mas em 1993 atingiram 6.3 bilhões de dólares. De 1970 a 1996, os países industrializados aumentaram de 2% para 17%, o apoio ao desenvolvimento por via de ONG's. Na África subiu para 12% dos fundos de ODA em 1994. As transferências dos países desenvolvidos atingiram mais de 2 bilhões de dólares em 2006, o que representa aumento em 123% em relação a 2002. *WORLD BANK, Working with NGOs...*

12. Os dados da USAID mostram, por exemplo, que em 2004 o governo americano canalizou a sua ajuda oficial por via das ONGD. Se não vejamos: a World Vision, de um total de 814 milhões de dólares aplicados em programas de desenvolvimento 30% do valor saiu do governo; a Food the Children 7%, Food for the Poor 16%, a Catholic Relief Service recebeu 69% dos 573 milhões aplicados em 2004 enquanto a CARE recebeu do governo 52% do valor total. Os fundos foram na sua maior parte canalizados aos países da África, Ásia e das Américas. As ONGI's ligadas ao ambiente e direitos humanos no mesmo ano receberam fundos provenientes de contribuições privadas. A Anistia Internacional recebeu cerca de 88% dos fundos, seguida da World Wildlife Fund (WWF) e Nature Conservancy com 58% e 50 % respectivamente. Com cerca de 4125, as ONGI's engajadas em questões de apoio ao desenvolvimento e assistência em 2003 constituíam mais de 60% (21% em programas de desenvolvimento e assistência genérica, 29% na assistência internacional, 18 desenvolvimento na saúde e 12% na educação). Em 1981, 1.700 organizações (excluindo denominações religiosas), estavam envolvidas no desenvolvimento do terceiro mundo, indicando crescimento de 50% em nove anos. Ver: WERKER & AHMED, *What Do Non-Government Organization Do?*

13. Dados de Tanzânia revelam que estas organizações eram contabilizadas em 811 das quais cerca de três quartos se estabeleceram nos anos 1980. Em Moçambique, se foram registradas cerca de 40 organizações no Diretório do governo em 1983, passaram cerca de 200 depois do Acordo Geral de Paz (AGP), em 1992 (Adam, 1996). Entre 1978 e 1987, o número de ONG's estrangeiras cresceu de 37 a 134, em Botswana. No Quênia, entre 1977

sua importância no sistema de transferência de capitais e redistribuição.

A política de ajustamento, também legitimou a expansão e intervenção de ONGI's. Permitiu que as organizações da sociedade civil implementassem a dimensão social do ajustamento em resposta aos problemas resultantes da reabilitação econômica¹⁴. Contudo, a ONU também incentivou a proliferação de ONGI's ao reconhece-las como formas básicas de representação popular por volta de 1980¹⁵. A ONU passou a contar com assistência do setor das ONG's, para concretizar serviços humanitários. Hoje, estas organizações estão envolvidas nas operações além-mar desde a gestão de conflitos, reassentamento de refugiados, reconstrução pós conflito, seca e fome até a epidemia do SIDA (KAMAT, 2004, pp.162-3). Nessa perspectiva, mesmo sem dados específicos, os conflitos e os desastres naturais que assolam a África ininterruptamente contribuíram para o exacerbar das desigualdades e na reprodução de desfavorecimento nas mulheres, crianças e idosos. A degradação do meio ambiental e a violação sistemática dos direitos humanos estimulam e propiciam a intervenção de ONGI's como parte sociedade civil global. Na África Subsaariana a proliferação das ONG's obedece especificidades tendo em conta a trajetória histórico-política e sociocultural de cada país - e Moçambique não é exceção.

Conclusão

Na África, o “não-Governamental” não veio por acaso, mas decorrente de vários fatores. Os processos de transição política dos países africanos nem sempre foram pacíficos e estáveis. Os conflitos étnicos, políticos e militares também marcaram e caracterizaram esses processos. A crise humanitária muitas vezes deles resultantes, criou condições para que organismos bilaterais e multilaterais realizassem intervenções de alívios ou

a 1988, as ONGI's cresceram 260%, contra os 156% das locais.

14. Em Moçambique, este processo permitiu que o Programa de Reabilitação Econômica (PRE) introduzido em 1987, a partir de 1990, incorporasse a dimensão social, Programa de Reabilitação Econômica e Social (PRES)

15. O Secretário-geral da ONU, Boutros Boutros Ghali, nos anos 1980 era altamente responsivo aos pedidos para sua participação em fóruns internacionais sobre população, direitos humanos, estatuto das mulheres e meio ambiente

mitigação. Os conflitos políticos muitas vezes resultam, além de mortes, em destruições do tecido social e econômico e refugiados. A crise de legitimidade a que governos mergulharam durante o período de recessão dos anos 1970 acelerou situação.

A neoliberalização e os programas de reabilitação econômica implementados na maioria dos países e sob égide do ocidente criaram condições favoráveis para a intervenção e legitimação crescente de ONGI's na esfera socioeconômica na África. Portanto, dentro deste quadro, as ONG's se constituem como a crítica moderna aos fracassos e descaminhos dos Estados, partidos, sindicatos, empresas e universidades que se acomodam às dinâmicas do mundo oficial, entrando na órbita do capital e do Estado. Os dados apresentados neste artigo são apenas prospectivos e contextualizadores e, de certa maneira, generalizadores. Os conflitos étnicos religiosos na Nigéria, Ruanda, Somália, Congo, Sudão e Moçambique, só para citar alguns, merecem ainda um olhar específico do ponto de vista de ONGI's envolvidas nas emergências e, sobretudo na perspectiva de cooperação lado a lado com agências humanitárias e de desenvolvimento no quadro da pacificação. A proliferação de ONGI's na África sugere múltiplas interpretações e esta é apenas uma possibilidade. Um estudo mais detalhado sobre as ONGI's no período em alusão ainda se revela importante para uma leitura compreensiva do fenômeno, mas também do contexto.

REFERÊNCIAS

- WORLD BANK. *Working with NGOs: A Practical Guide to Operational Collaboration between the World Bank and Non-governmental Organizations* Operations Policy Department, WORLD BANK, MARCH, 1995.
- COUTINHO, J. As ONG's: origens e (des) caminhos. *Recherches internationales*. N.44, v.3 p.57-63, 2004.
- ALVES, M. *AS ONG's na política comunitária de cooperação para o desenvolvimento*. Lisboa: CIDAC, 1996.
- UNDP. *Development Cooperation Report, 1994-1995*. Maputo, Junho de 1996.

- KI-ZERBO, J. *História da África Negra*. V.II Lisboa: Europa-América, 1991.
- MAURI, G. *Organizações Não-Governamentais e desenvolvimento: análise do trabalho de algumas ONG em Moçambique*. Dissertação, Mestrado em Estudos Africanos. Universidade Técnica de Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, 2013.
- FIELDEN, A. “Local integration: the under-reported solution to protracted refugee situations”. *New issues in Refugee Research*, Research paper n° 158, 2008.
- MERCER, C. Reconceptualizing state-society relations in Tanzania: are NGOs making Difference? *Area*. 31, 3 p.247-258, 1997.
- BOND, P. & DOR, G. “Neoliberalism and poverty reduction strategies in Africa”. Discussion Paper for the Regional Network for Equity in Health in Southern Africa (EQUINET), 2003.
- LUTAMBINGWA, et all. NGOs in sub-Saharan Africa: developing critical capacity for policy advocacy. *International Journal on World Peace*. n.14, v.3, p.35-70, 1997.
- SOUSA, F.R. *O impacto do petróleo na política energética mundial*. Dissertação, Mestrado em Engenharia. Universidade Federal de Rio de Janeiro, 2006.
- SHIVJI, I. G. *Silences in NGO discourse: The role and future of NGOs in Africa*. Nairobi & Oxford: Fahamu, 2007.
- HEARN, J. The Uses and Abuses of Civil Society in Africa. *Review of African Political Economy*. n.87, p.43-53, 2001.
- RAFTOPOULOS, B. “The labour Movement and the emergence of opposition politics in Zimbabwe”. In: ROFTOPOULOS, B. & SACHIKONYE, L. (eds). *Striking bode: The labour Movement and the post-colonial state in Zimbabwe, 1980-2000*. Harare: Weaven Press, 2001.
- HANLON, J. *Paç sem benefícios: como o FMI bloqueia a reconstrução de Moçambique*.

- Maputo: Imprensa Universitária, 1997.
- KAMAT, S. The Privatization of Public Interest: Theorizing NGO Discourse in Neoliberal Era. *Review of International Political Economy*. n.11, v.1, p.155-176, 2004.
- SANTOS, B. «os processos de globalização» In: *Globalização: fatalidade ou utopia?* Porto: Afrontamento, 2001.
- GINJA, V. Sustentabilidade das ONG's moçambicanas: aspectos para reflexão. In: Monteiro, A. *ONG's: faces e contra faces na identidade civil moçambicana*. Maputo: CEA, 1995. p. 67-71
- BALL; DUNN. *Organizações não-governamentais: directrizes para uma boa política e prática*. Londres: The Commonwealth Federation, 1995.
- SAMA, T. B. *Conceptualizing Non-Governmental Organizations: Still Searching For a Theory*. Department of Social Sciences and Philosophy, University of Jyväskylä, 2013.
- MANJI, F. “The missionary position: NGOs and development in Africa”. *International affairs*. n.78, v.3, p.567-83, 2002.
- FOWLER, A. “Building Partnerships between Northern and Southern Development NGOs: Issues for 1990s”. *Development in Practice*. n.1, v.1, p.5-18, 1991.
- PAVIA, J. “*A dimensão internacional da transição pós-autoritária em Moçambique: as proposições de Laurence Whitehead*”. S/l. s/d.
- RIBEIRO, C. Efeitos urbanos das ONGs. As experiências da gestão urbana e do microcrédito em Maputo. *Cadernos de Estudos africanos*. n.1, p.85-97, 2001.
- HARVEY, D. *O neoliberalismo: história e implicações*. Tradução de Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Edições Loyola, 2008.